

O direito à creche universitária: desafios da permanência de mães no ensino superior público¹

Carlos Eduardo Ramos²

Wellen Crystine Lima Peixoto³

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir os desafios da permanência de mães universitárias ao ensino superior, e as políticas que possam contribuir para a qualidade do ensino e da formação em uma instituição pública de ensino superior. Foram realizados estudos de caso a partir de entrevistas com três discentes, e a análise dos dados partiu do método materialista-histórico na Psicologia Social. Os resultados foram organizados em cinco categorias: maternidade, estudo e trabalho; deslocamento entre residência, universidade e trabalho; apoio da família, amigos e professores; políticas de permanência na universidade; e benefícios de uma creche universitária. As conclusões apontam para a ampla defesa das políticas de acesso e, especialmente, a criação de uma creche universitária, para conduzir o ensino superior cada vez mais à uma educação pública e de qualidade para todas e todos.

Palavras-chave: mães universitárias; políticas educacionais; creche universitária.

Abstract: This article aims to discuss the challenges of university mothers' stay in higher education, and the policies that can contribute to the quality of teaching and training in a public institution of higher education. Case studies were carried out based on interviews with three students, and data analysis was based on the materialist-historical method in Social Psychology. The results were organized into five categories: maternity, study and work; displacement between residence, university and work; support from family, friends and teachers; university stay policies; and benefits of a college day care center. The conclusions point to the broad defense of access policies and, especially, the creation of a university crèche, to bring higher education more and more into a public and quality education for all.

Keywords: university mothers; educational policies; university daycare.

Introdução

¹ Este artigo é resultado de um projeto de pesquisa vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Roraima, intitulado: Individualização e barbárie: manifestações da violência no processo de constituição da subjetividade em Boa Vista – Roraima.

² Mestre em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo. Professor do curso de Psicologia da UFRR. E-mail: carlos.ramos@ufr.br

³ Discente do curso de Psicologia da UFRR. E-mail: wellencrystine73@gmail.com

Quando pensamos na palavra acesso, é comum a imediata associação com a ideia de entrada, de fazer parte de algo ou de um lugar. Acesso, nesse caso, diz respeito à participação, inserção, acolhimento. Entretanto, esta palavra pode ser compreendida mais profundamente com a ideia de pertencimento, ligando-se indissociavelmente ao senso de coletividade e universalidade. Em suma, usufruir de um bem comum em um ideal de igualdade. Do mesmo modo, ao tratarmos do acesso ao ensino superior, a compreensão inicial carrega a ideia de ingresso dos discentes neste estágio do ensino, mas isso não assegura que estes continuarão ou concluirão o seu trajeto universitário. Isso significa que, para uma definição mais precisa do acesso ao ensino superior, é preciso que o conceito seja composto simultaneamente do ingresso e da permanência, opondo-se, portanto, a uma visão incompleta, fragmentada e imediatista (CHAVES; SILVA JÚNIOR; CATANI, 2013).

Partimos do conceito de Chaves, Silva Júnior e Catani (2013) para alçar o entendimento crítico do processo de inclusão no ensino superior, enfatizando que o ingresso é apenas um dos passos, ou ainda, o primeiro passo desse processo. O discurso de inclusão presente nas políticas de educação do ensino superior é entendido como um meio de desenvolver políticas e ações afirmativas que possibilitem o pleno acesso a determinados grupos que são privados de direitos básicos em nossa sociedade, dentre eles a educação. Entretanto, os autores apontam a necessidade de evidenciar uma contradição entre a lógica da inclusão e os interesses do modo de produção capitalista: o segundo depende da divisão da sociedade em classes e da exclusão social para a manutenção do status quo.

Dessa forma, o Estado contemporâneo marcado pelo capitalismo tardio é caracterizado por relações sociais influenciadas tanto pelo processo de globalização, quanto por um movimento de intensificação dos ideais neoliberais, influenciando, por sua vez, políticas públicas, seja por meio de reformas orientadas por organizações multilaterais, seja por sua progressiva extinção. Esta acepção do Estado não é recente. Marx e Engels, já na primeira metade do século 19, apontaram que o Estado “[...] não é senão um

comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (2007, p. 42).

Deste modo, é possível identificar o discurso de inclusão sem, no entanto, propiciar mudanças consideráveis na base estrutural da sociedade, e é nesse sentido que observamos uma contradição. De fato, o objetivo do Estado é a manutenção do poder nas mãos de uma pequena parcela da população, e é a partir dessa desigualdade que o processo de inclusão precisa ser discutido. A relação estabelecida entre Estado moderno e políticas sociais é compreendida como forma de minimizar os efeitos destrutivos do capital e para favorecer parte da sociedade em relação ao sistema de produção e a divisão social, diminuindo seus efeitos ineficazes (CHAVES; SILVA JÚNIOR; CATANI, 2013).

Por volta dos anos 1990 não eram frequentes estudos no país sobre a permanência dos estudantes nas universidades, mas sim sobre os motivos que levavam à evasão. Somente no final dessa década que os estudos se voltaram para a prevenção da evasão e para os êxitos da permanência, concernentes a estratégias tanto dos alunos quanto das instituições (ARAÚJO, 2015).

As discussões sobre permanência nas instituições de ensino superior públicas se dão a partir dos debates acerca da inclusão das minorias, tais como pessoas em situação de vulnerabilidade social, indígenas, negros e alunos provenientes de outros países. Estes são os que, na maioria das vezes, não têm condições de permanecer e concluir o ensino. Nesse sentido, Araújo (2015, p. 1) afirma:

A ênfase na categoria permanência na educação superior ocorre no Brasil após a expansão significativa de cursos e instituições nos anos 1990 na esfera privada e mediante a instauração de políticas públicas voltadas à expansão da educação superior nas instituições públicas, a partir dos anos 2000. Outro fator que contribuiu para o desenvolvimento de estudos sobre a permanência foi a expansão das políticas focais que acentuaram a importância do acesso e da permanência das chamadas minorias qualitativas, a partir da perspectiva da inclusão.

Instituído por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), tem o objetivo de “[...] criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007, p. 1). Dadas todas as contradições do programa referentes à precarização que acompanhou a expansão do ensino superior, a meta global do Reuni visava o aumento dos números de conclusão de cursos em 90%, bem como ações visando a ampliação do acesso, permanência e conclusão da graduação. Com isso, o programa foi implantado com a finalidade de “ampliar as condições de permanência dos acadêmicos no ensino superior público” (BRASIL, 2007, p. 1).

Nessa perspectiva, ao se implantar o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), as propostas previram a articulação das suas ações com as ações de ensino, pesquisa e extensão das Instituições de Ensino Superior Federais, cobrindo algumas áreas de prioridade em assistência estudantil: alimentação, moradia estudantil; bolsas; transporte; atenção à saúde; creche; apoio pedagógico; e acesso de estudantes com deficiência (BRASIL, 2010).

Mesmo que tardia, considerando o surgimento das Universidades públicas no Brasil, essas políticas de permanência vêm sendo discutidas e instaladas nas Universidades em todo o país. Como exemplo, podemos citar a Universidade Federal de Roraima (UFRR) que possui uma história relativamente recente. Fundada em 1989, e contando com diversas políticas de permanência, foi possível um crescimento gradual na formação dos estudantes ao longo dos anos. Contudo, com os cortes de verbas do atual governo, a partir de 2016, as políticas públicas de acesso estão ameaçadas de serem extintas, já indicando um aumento no número de evasão segundo

Estudo Preliminar Sobre Evasão, Retenção e Taxa de Sucesso na UFRR (2016)⁴.

Como citado acima as políticas de assistência estudantis partem da noção de inclusão, que por sua vez tem base nas políticas de ações afirmativas. Com isso, é possível notar que ações visando a garantia da permanência são destinadas a: estudantes em situação de vulnerabilidade social; oriundos de escolas públicas; e negros, pardos e indígenas. Ainda que sejam de extrema importância, tais ações não dão conta das questões relacionadas especificamente às mães, com exceção do caso do auxílio-creche mencionado no PNAES.

Segundo o Relatório Educação Para Todos No Brasil 2000-2015 (BRASIL, 2014), a participação feminina no ensino superior já ultrapassou a masculina. Contudo, a garantia de ingresso na universidade e no mercado de trabalho não as desvincula do processo histórico de dominação masculina. Para muitas, além de lidar com as obrigações extra domésticas, como ingresso no ensino superior e busca de espaço no mercado de trabalho, sobrevêm os cuidados com os filhos e atividades domésticas, acumulando duas ou mais jornadas de trabalho. Por esse motivo algumas delas recorrem a jornadas parciais, horário limitado e frequentes interrupções na trajetória acadêmica e profissional (REIS, 2001; URPIA; SAMPAIO, 2009).

Se por um lado pode haver o desejo de ser mãe e, com isso, a consciência de que existem determinantes biológicos neste percurso, por outro, existe a possibilidade de construir uma carreira, cursar o ensino superior, trabalhar com satisfação e se sentir realizada profissionalmente, e nem sempre esses objetivos são facilmente conciliáveis em uma sociedade desigual e injusta. A vida não é uma constante tão precisamente programável, e para muitas mulheres, a maternidade é anterior ou concomitante ao acesso à universidade.

⁴ Universidade Federal de Roraima. *Estudo Preliminar Sobre Evasão, Retenção e Taxa de Sucesso na UFRR*. Boa Vista: UFRR, 2016. Disponível em: <https://issuu.com/ufrr oficial/docs/estudo_sobre_evas_o_reten_o_e_>

As universitárias que não planejam a gravidez e tornam-se mães no período de formação, vivenciam uma série de conflitos intrapsicológicos em decorrência das incertezas quanto à continuidade de seus projetos, das mudanças e dos questionamentos a respeito do futuro. Logo que recebem a notícia da gravidez, as estudantes sofrem em consequência da decepção que causarão aos pais e da frustração quanto a expectativas pessoais cultivadas (URPIA; SAMPAIO 2009).

Ao contrário do que se esperava das jovens nas gerações anteriores, atualmente é esperado que elas concluam o ensino superior e se insiram no mundo do trabalho. Ainda que a maternidade esteja ligada ao “papel da mulher” na sociedade, a conclusão do ensino superior se tornou um imperativo na sociedade administrada, independente de gênero, principalmente para a ascensão profissional. A experiência da gravidez passa a ser vista, então, como um acontecimento que entrava o desenvolvimento considerado “ideal” da mulher nessa sociedade, sem contar que grande parte dos nascimentos na juventude ocorrem fora de uma união ou relacionamento estável (HEILBORN *et al*, 2002). Podemos considerar que a existência de uma creche universitária, nesse sentido, poderia contribuir para a permanência e reduzir a evasão deste público.

Com a entrada da mulher no mercado de trabalho, a busca por qualificação e a consequente diminuição da dedicação dos cuidados com os filhos e da casa, a creche emergiu como indispensável para proporcionar o desenvolvimento saudável das crianças, além de ser uma necessidade para garantir a permanência das mães no trabalho. O aparecimento da creche está vinculado às transformações sociais, a organização familiar, o papel feminino e as consequentes expectativas, principalmente sobre os cuidados com os filhos (PACHECO; DUPRET, 2004).

No contexto do capitalismo, com o aumento da urbanização e da força de trabalho, a creche surgiu como movimento dos operários e da preocupação sanitária com a saúde dos pobres. No Brasil, seu surgimento está vinculado a contribuição da produção de sujeitos capazes, higiênicos e sem doenças. Nesse sentido, as poucas creches existentes eram sustentadas

principalmente por entidades filantrópicas, tendo um sentido essencialmente assistencialista com atividades voltadas apenas para a alimentação, segurança e higiene em detrimento da educação e do desenvolvimento infantil (PACHECO; DUPRET, 2004).

Segundo Rapoport e Piccinini (2001), esta situação foi se transformando à medida em que ocorreu um crescimento no número de creches e escolas nas diversas classes sociais. Até mesmo mães que não trabalhavam iniciaram a busca por estes espaços de socialização infantil. Segundo os autores, também ocorreram mudanças na estrutura de trabalho das creches, votando para um caráter educativo. A Constituição Federal de 1988 passou a reconhecer a creche como instituição de educação, garantindo como um direito da criança e uma obrigação do estado. Com a Lei 9394/1996, as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a creche foi incluída na educação infantil, para crianças de até seis anos de idade.

A creche universitária surgiu no contexto de luta e reivindicações dos movimentos sociais para melhores condições de trabalho, e que, por meio da efetivação de dispositivos legais, passou também a ser uma luta das comunidades universitárias no sentido de efetivar a creche para a mulher trabalhadora. Deste modo, a esfera federal criou a primeira creche nas dependências de uma universidade em 1972, contudo apenas na década de 1980 as creches universitárias foram expandidas. Isso ocorreu em decorrência dos avanços na educação infantil e de pesquisas na área, proporcionando transformações na concepção de creche, passando a ser exigida como um direito da criança (RAUPP, 2004).

Considerando os pontos discutidos até o momento, este artigo se propõe a investigar os desafios de mães universitárias na permanência no ensino superior público, bem como as políticas adotadas pela instituição para garantir a permanência deste público.

Método

Nesta pesquisa foi utilizado o método qualitativo e estudo de caso com três mães universitárias que estudam em uma instituição pública de ensino superior. A respeito dos materiais utilizados, inicialmente, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a temática, para posterior elaboração do instrumento de coleta de dados, neste caso, um roteiro de entrevista semiestruturada. Foram levantadas questões sobre o histórico da gravidez e ingresso no ensino superior; dificuldades de gravidez e maternidade durante o curso; e quais as contribuições da universidade para a permanência de mães acadêmicas. Das três participantes selecionadas, uma experienciou a gravidez e maternidade durante a vida acadêmica, e as outras duas ingressaram na universidade depois da gravidez. Todas experienciaram a maternidade durante a vida acadêmica. Foi realizada uma análise crítica do material empírico coletado, articulando-o com o referencial teórico previamente estabelecido.

A análise foi orientada pelo método materialista histórico na Psicologia Social, que se distingue em dois momentos específicos: o método de pesquisa e o método de exposição. Segundo Carone (2001, p.23), no primeiro temos a investigação de ordem empírica e o conjunto de técnicas e procedimentos adequados. O segundo seria uma “[...] construção racional e teórica da realidade pesquisada”. Ou seja, o primeiro momento foi muito similar às análises tradicionais de pesquisa, sistematizando os dados coletados nas entrevistas e agrupando-os em categorias de análise. No segundo momento realizou-se uma interpretação crítica dos dados capaz de superar as aparências e ilusões que os dados apresentam superficialmente, considerando elementos ideológicos e estabelecendo relações entre o discurso individual e a violência sofrida de modo geral na sociedade pelo grupo estudado.

A partir das falas das entrevistadas foram criadas categorias de análise, tanto de questões presentes quanto de questões ausentes. Lane (2001, p.45), aponta que, “[...] para se detectar o ideológico e/ou o nível de consciência, partimos do discurso individual [...] que deverá ser analisado através de categorias que emergem do próprio discurso”. As categorias

encontradas foram: maternidade, estudo e trabalho; deslocamento entre a residência, universidade e trabalho; apoio da família/amigos/professores; políticas de permanência na universidade e políticas sociais; e benefícios de uma creche universitária. Esta última, uma categoria ausente nas falas analisadas, uma vez que não há creche na instituição pesquisada.

Análise e discussão dos resultados

Considerando os pontos apresentados no método, foi realizada a análise dos dados por meio da criação de categorias atravessadas por eixos como violência de gênero, conciliação entre o tempo com os filhos e atividades estudantis e desafios de cuidar sozinha dos filhos. As categorias que serão apresentadas no decorrer da análise são: maternidade, estudo e trabalho; deslocamento entre a residência, universidade e trabalho; apoio da família, amigos e professores; políticas de permanência na universidade e políticas sociais; e, por fim, benefícios de uma creche universitária.

Primeiramente, foi realizada uma caracterização das entrevistadas. Isabela tem 23 anos, se autodeclara parda, é solteira e mora em uma casa localizada no mesmo terreno dos pais. Trabalha em um a creche durante o período da tarde, com carga horário de 6h diárias, e estuda na universidade no período noturno. Sua renda mensal é de R\$937,00. Relatou na entrevista que um dos critérios para escolha do curso superior era que fosse noturno para conciliar com o trabalho. Tem uma filha e vivenciou a gravidez e maternidade durante a graduação.

Letícia tem 24 anos, é solteira, mora de aluguel com sua única filha e com a mãe. É bolsista no período da tarde, com carga horária de 4h por dia, estuda pelo período da manhã na universidade e é trabalhadora informal nas horas vagas. Sua renda mensal fixa gira em torno de R\$660,00 advinda da bolsa da universidade e do bolsa família. Engravidou quando estava no ensino médio, fez uma pausa nos estudos e, após retornar, concluiu o ensino médio e entrou na universidade por meio do ENEM.

Mariana tem 29 anos, indígena da etnia Wapixana, mora com seu companheiro e seus cinco filhos. É estudante em tempo integral e trabalhadora informal. A renda de sua casa é R\$950,00. Teve seu primeiro filho aos 15 anos, o segundo aos 16 anos, o terceiro aos 21 anos, o quarto aos 24 anos e o quinto aos 26 anos pouco antes de ingressar no ensino superior.

Após esta rápida apresentação das mães universitárias, serão expostas as cinco categorias encontradas, considerando as falas de cada entrevistada e sua relação com o referencial teórico levantado.

Maternidade, estudo e trabalho

Esta categoria se refere a questões relacionadas ao mundo do trabalho, em suma, as formas encontradas por essas mães para suprir suas necessidades econômicas básicas e garantir sua permanência na universidade. Uma questão que aparece logo no início das entrevistas é o receio de não conseguir conciliar o trabalho e o estudo com os cuidados da filha. Isabela afirma:

“É aquela coisa, com tanto medo que você tem, já imagina uma cena que talvez não vá existir: ah, eu vou morar sozinha com minha filha! Quem é que vai me sustentar? Como eu vou trabalhar? Com quem eu vou deixar ela? Será que eu vou poder trabalhar realmente? Como é que eu vou estudar? [...] como eu trabalhava numa empresa privada, era um salário mínimo e eu trabalhava de manhã e à tarde, então era muito corrido e o dinheiro não dava para nada” (Isabela).

É possível notar a preocupação de Isabela quanto a conciliação do trabalho e estudos com os cuidados da filha. Esses são âmbitos indissociáveis e interdependentes da vida de muitas mulheres. Isabela é mãe, precisa trabalhar para suprir suas necessidades econômicas e poder sustentar a filha, bem como necessita estudar para melhorar suas condições de vida e garantir via qualificação profissional, um espaço no mercado de trabalho. Nota-se também que as preocupações com relação ao trabalho e estudos são colocadas em segundo plano, haja vista que ela não cogita em hipótese alguma a possibilidade de abrir mão do cuidado de sua filha.

Isabela expressa sua preocupação quanto à questão financeira e a chegada da filha, pois trabalhava em período integral e seu salário não era suficiente para suprir suas necessidades.

Outra questão importante a se considerar é a necessidade de inserção no trabalho informal para complementar a renda da casa e se manter na universidade. É o caso de Letícia e Mariana:

“Trabalho na universidade como bolsista e faço bicos porque 659,00 não dá para muita coisa, principalmente pra gente que mora de aluguel [...] Antes eu vinha para a aula das 08h30min, almoçava aqui, ia para o local onde sou bolsista, lá eu pego das 14h... das 14h às 16:50h eu trabalhava lá. 16h50min eu saía correndo porque tinha que pegar ônibus lá fora para ir trabalhar em uma praça da cidade, eu trabalhava das 17h às 23h, chegava em casa 00h, então não via minha filha. Hoje ainda vejo, porque eu saio da universidade às 18h e tenho a noite livre com ela, quando não tem alguma coisa pra fazer, algum bico. Você precisa dar uma educação, mas também precisa dar alimento, teto, você precisa dar todas essas outras coisas que são necessárias para a criação de uma criança. De vez em quando dá para fazer uma faxina no final de semana e aí compensa” (Letícia).

“Eu sempre vendia cosméticos, lingerie... eu tirava dessas vendas a quantia para poder suprir minhas necessidades na universidade, para que não afetasse na única renda que a gente tinha em casa, que era do meu esposo. Então era com o que eu me mantinha, até pela questão do lanche, xerox, que eram demais. Ultimamente, na verdade, eu estou trabalhando aos sábados. Faço faxina para ajudar e visse versa...” (Mariana).

É possível identificar na fala de Letícia a necessidade de, além de possuir uma bolsa, ter que recorrer ao trabalho informal para complementar sua renda. Letícia também aponta a necessidade que tinha de trabalhar nos períodos em que não estava em sala de aula, comprometendo parte do tempo com sua filha.

Com isso, abriu mão do emprego que tinha a noite para conseguir passar algumas noites com a filha quando não tem algum trabalho extra para fazer. Também demonstra preocupação com os cuidados da filha, é explícito na fala de Letícia a preocupação em dar uma boa educação, moradia e alimentação. Letícia afirma que ao deixar o trabalho que tinha a noite faltou dinheiro para suprir as necessidades, reafirmando a necessidade de um trabalho informal para complementar a renda. A fala de Mariana

demonstra a necessidade que muitas pessoas têm de recorrer ao trabalho informal para custear sua estadia na universidade, sem interferir na única renda fixa de sua casa, que é a de seu companheiro. Mariana aponta ainda que trabalha aos sábados, o que implica em mais um dia da semana com tempo reduzido para poder passar com seus cinco filhos.

As entrevistadas possuem alguns aspectos em comum, dentre eles, a necessidade de trabalhar para suprir suas necessidades básicas. Isabela possuía um trabalho formal antes da gravidez e ainda assim, sua principal preocupação, além dos cuidados com a filha, era a garantia de trabalho após a gravidez. Letícia e Mariana apresentam situações parecidas com relação ao trabalho, ambas recorrem ao trabalho informal para conseguir se manter na universidade. Com isso, podemos notar que a manutenção do trabalho é primordial na vida dessas três mães universitárias. É importante destacar a tripla jornada de trabalho realizada pelas entrevistadas: atividades profissionais, cuidados com a família e as exigências do ensino superior. Hirata e Kergoat (2007) apontam a existência de um tipo de trabalho “invisível” para a sociedade e que geralmente é considerado dever materno. A naturalização dos afazeres domésticos e cuidados com os filhos como dever exclusivo da mulher precisa ser combatida e reconhecida, bem como as novas configurações da divisão sexual do trabalho, para não cairmos na reprodução da servidão doméstica.

Desta forma, em nossa sociedade, na qual impera a lógica neoliberal, o trabalho tem sido escrupulosamente enaltecido ao mesmo tempo em que direitos trabalhistas são inescrupulosamente exterminados. Nessa concepção, todos os esforços e interesses do sujeito devem ser direcionados à manutenção do emprego, e o processo de socialização é voltado para essa lógica, garantindo que em todo o processo de formação dos indivíduos isso seja naturalizado. Essa exaltação do trabalho é feita por meio do discurso ideológico, e como para a maioria da sociedade o trabalho é sinônimo de sofrimento, se faz necessário imprimir na mente dos trabalhadores que o homem merecedor é aquele que trabalha e aqueles que não trabalham estão destinados ao fracasso (MAYA, 2008).

Portanto, o mundo do trabalho assume um caráter de potencializar a alienação do trabalhador, e as pessoas estão presas a essa lógica, sua educação está condicionada a ele, bem como, grande parte dos âmbitos de suas vidas. Podemos perceber este fato quando a escolha do curso superior se vê diretamente ligada com as expectativas de trabalho futuro, ou quando a escolha do seu curso superior é determinada pelo tempo disponível que o trabalho ainda não ocupou. Como é o caso de Isabela, que teve que escolher um curso noturno para poder trabalhar durante o dia.

A escolha de um curso noturno por razões de trabalho configura o que Vargas e Paula (2013) chamaram de “estudante-trabalhador”. Enquanto os “estudantes de tempo integral” dispõem de mais tempo para a realização plena de seus estudos, os primeiros realizam duas tarefas em condições precárias, que prejudicam a participação em disciplinas, estágios curriculares, leituras e pesquisas. No caso desta pesquisa, podemos adicionar mais um elemento a esta fórmula: nossas entrevistadas são “estudantes-mães-trabalhadoras”.

Todas essas dificuldades são vivenciadas por grande parte dos trabalhadores, mas no caso das mulheres e mais especificamente das mães, elas são atenuadas por não considerar os cuidados com a família como trabalho. Podemos somar a isso a desvalorização geral das mulheres no mundo do trabalho. Um exemplo da disseminação dessa falsa noção pode ser encontrado na fala do deputado federal Jair Bolsonaro em uma entrevista concedida para o Jornal Zero Hora, e compartilhada nas redes sociais:

Eu sou liberal. Defendo a propriedade privada. Se você tem um comércio que emprega 30 pessoas, eu não posso obrigá-lo a empregar 15 mulheres. A mulher luta muito por direitos iguais, legal, tudo bem. Mas eu tenho pena do empresário no Brasil, porque é uma desgraça você ser patrão no nosso país, com tantos direitos trabalhistas. Entre um homem e uma mulher jovem, o que o empresário pensa? "Poxa, essa mulher tá com aliança no dedo, daqui a pouco engravida, seis meses de licença-maternidade..." [...] Quem que vai pagar a conta? O empregador. No final, ele abate no INSS, mas quebrou o ritmo de trabalho. Quando ela voltar, vai ter mais um mês de férias, ou seja, ela trabalhou cinco meses em um ano (LIMA, 2015, p. 1).

Nessa fala, o deputado endossa o discurso de que as mulheres trabalhadoras representam um entrave ao aumento da produtividade para as empresas, pois podem engravidar e terão direitos trabalhistas garantidos. Essa linha de raciocínio contribui para legitimar o machismo e a divisão sexual do trabalho. Se as mães universitárias tivessem boas condições de trabalho e auxílio nas atividades domésticas, a situação já não seria ideal. Entretanto, percebemos que as exigências das atividades de estudo na universidade precisam coexistir com a desvalorização geral da mulher no mundo do trabalho e com a naturalização da atribuição dos cuidados com a família e afazeres domésticos às mães. A categoria “Apoio da família/amigos/professores” pode contribuir na compreensão de estratégias utilizadas pelas mães para minimizar os efeitos dessa tripla jornada de trabalho.

Deslocamento entre a residência, universidade e trabalho

Esta categoria é um desdobramento da anterior, e trata das dificuldades de locomoção dessas mães universitárias e das estratégias usadas para se locomover na cidade de Boa Vista. Um ponto que aparece nas entrevistas é a mudança de transporte por conta da gravidez, como aponta Isabela:

“Eu tinha uma moto, eu acabei vendendo, porque ficou parada e só me dava prejuízo, aí já perdi algo e fiquei dependendo da minha mãe por isso. Mas ela me ajudou nessa questão de se locomover para a faculdade, para o trabalho” (Isabela).

Na fala acima, Isabela aponta que precisou fazer uma mudança de planos com relação ao seu meio de transporte por conta da gravidez, pois a utilização de uma motocicleta só é possível até um certo período da gravidez devido a mudanças corporais, como o crescimento do útero e a distensão do músculo abdominal. Essas mudanças acarretaram uma condição de dependência em relação à sua mãe, porém, ela recebeu todo apoio no que

concerne à sua locomoção para o trabalho e universidade, emprestando o carro, ao passo em que a mãe também cuidava do bebê em sua ausência. No entanto, nem todas as mães dispõem deste recurso ou apoio, recorrendo a meios de transporte público, caronas ou bicicleta.

O transporte público acarreta mais um elemento a ser considerado nos gastos financeiros. Outras formas de locomoção como a utilização de bicicleta e as dificuldades que aparecem no dia a dia são questões são identificadas nas falas de Letícia e Mariana.

“...O problema é a renda, porque querendo ou não você gasta passagem para vir pra cá...” (Letícia).

Letícia afirma que gasta dinheiro com passagem para poder se locomover e esse custo é significativo na sua renda. Podemos calcular rapidamente o quanto Letícia gasta aproximadamente por mês com passagens. Na cidade de Boa Vista a passagem do transporte público custa R\$3,10⁵ e Letícia usa cerca de quatro passagens por dia o que dá um total de R\$248,00 por mês. Ou seja, apenas o gasto com transporte já representa cerca de 37% de sua renda total. Os gastos com locomoção são mais um elemento que podemos articular com a categoria referente ao trabalho. Uma vez que existem gastos, essas mães precisam garantir, ou o dinheiro para o transporte público, ou para a manutenção de seu veículo. Uma vez que o deslocamento ocorre com maior frequência, pois precisam ir para o trabalho, universidade e cuidar dos filhos, esse dinheiro se torna ainda mais necessário.

“Minha bebê que mamava, eu vinha e deixava leite, tive que inserir outro tipo de alimentação, que seria mingau. E quando as aulas eram extensas, das oito ao meio dia, eu ia voando pra casa. Eu vinha de bicicleta, vinha às 8h, voltava 12h, vinha às 14h voltava às 18h. Então, eu sempre tinha que voltar correndo porque meu peito já estava estourando de leite. Chegava lá, ela desesperada e já ia puxando minha blusa para poder mamar. Quando a bicicleta dava algum problema e não tinha o dinheiro ali no momento para consertar, eu vinha a pé, custava um pouco mais, dava um jeitinho de ir meio dia um pouco mais rápido e voltar, pegava carona. Foi bem difícil os dois primeiros anos aqui” (Mariana).

⁵ Este valor é referente ao período em que as entrevistas foram realizadas, no ano de 2017.

“Eu consegui logo depois que eu entrei aqui (universidade) uma vaga na creche da prefeitura aqui pertinho da universidade. Só que aí implicou que na época de chuva eu não tinha condições de trazer ela na chuva. E eu sempre tive sim apoio por parte da minha família, das minhas irmãs, das minhas sobrinhas, que são muitas, elas me socorreram sempre. É primordial para mim, é fundamental a minha família, as minhas irmãs” (Mariana).

Em suas falas, Mariana aponta que para conseguir acompanhar as aulas teve que inserir outra alimentação na dieta de seu bebê além de deixar o próprio leite materno armazenado. Também aponta que ia de bicicleta para as aulas e tinha que fazer quatro vezes o mesmo percurso entre sua casa e a universidade. Mariana destaca que quando sua bicicleta, único meio de transporte, quebrava e não tinha condições de consertar no momento, a única forma de se locomover até a universidade era a pé ou por meio de caronas.

Mariana enfrenta essas dificuldades para se locomover até a universidade ao longo desses anos e por conta disso já pensou em desistir várias vezes. Logo, ser mãe universitária parece ser uma condição potencializadora para evasão. Mariana reitera sua dificuldade de locomoção quando conseguiu uma vaga em uma creche próxima a universidade e não tinha condições de deixar e buscar uma de suas filhas mais nova, e ressalta a importância do apoio de sua família para superar essa dificuldade.

Todas as entrevistadas possuem dificuldades com relação a locomoção. Qual o motivo de nos preocuparmos tanto com este aspecto, uma vez que, de modo geral, muitos estudantes também possuem essa dificuldade? A resposta novamente nos leva para a tripla jornada de trabalho em três locais diferentes, o que potencializa em muito esse deslocamento. Uma possível solução para a redução deste problema seria a implementação de uma creche na universidade, que, como afirma Raupp (2004) não precisaria se reduzir à comunidade universitária, como ocorre na maioria dos locais onde é implantada, mas poderia satisfazer este público, o que aproximaria as mães estudantes de seus filhos e reduziria gastos com deslocamento. A necessidade de uma creche nas dependências da universidade é reconhecida pelo meio acadêmico, estando inclusive na proposta do Sindicato Nacional

dos Docentes do Ensino Superior (ANDES-SN) como proposta vinculada à permanência estudantil (ANDES-SN, 2013). Este tema será melhor detalhado na categoria “Benefícios de uma creche universitária”.

Apoio da família, amigos e professores

Esta categoria trata do apoio da família ou sua ausência, antes, durante e depois da gravidez das mães universitárias entrevistadas. Também mostra a importância desse apoio para a criação de estratégias de conciliação entre as responsabilidades da maternidade e a permanência na universidade. O primeiro ponto que surge nas falas de Isabela é o apoio por parte da família, amigos, professores e colegas de classe.

“De início eu morava sozinha né? Na minha gravidez. Daí eu fiquei morando sozinha até o sexto mês de gravidez, que eu morava de aluguel. E depois eu fui morar com minha mãe, para poder ter todo o apoio, porque eu não queria o apoio do pai da minha filha. Até porque eu queria tirar todo tipo de vínculos com ele. Voltei a morar com minha mãe e tive todo apoio, não somente dela, mas dos meus amigos, das pessoas que convivo na igreja, da faculdade, me ajudaram muito” (Isabela).

“Do pai da minha filha, ele me apoiou, ele me ajudava, era uma quantia pequena, mas me ajudava por mês. Deu o apoio também com fraldas, com berço, e quando ele podia ajudar ele ajudava. Atualmente ele não ajuda, já não mora mais aqui” (Isabela).

“As pessoas da turma me ajudaram muito, fizeram um chá de fralda para minha filha. As pessoas que eu convivo na igreja também. As pessoas se assustam até o meu pai, meu pai biológico, foi muito complicado de aceitar no início, então e me rejeitou praticamente a gravidez toda, foi bem complicado” (Isabela).

“Os professores também me deram todo o apoio e depois que eu tive ela, a universidade ela te dá esse atestado de licença maternidade, eu entrei com isso e com toda documentação. Aí, tive toda essa licença, mas eu queria ter aquela aula teórica com as professoras, não adiantava eu ter só em casa com o material, não é a mesma coisa. E aí eu fiquei um mês fora da universidade até a minha filha, né porque ela só se alimentava do meu leite materno. E depois minha mãe ficava com ela e eu podia ir para a faculdade normal, saía mais cedo porque meus seios ficavam cheios por causa do leite e tinha que amamentar ela. Então, de início era isso, eu tinha o apoio da minha mãe para poder ficar com a minha filha e eu poder estudar normalmente” (Isabela).

Nas falas acima Isabela afirma que teve todo o apoio da família, tanto que passou a morar com a sua mãe a partir do sexto mês de gestação. Percebe-se que a maternidade exigiu uma reorganização com relação à moradia, pois a mãe poderia dar um apoio no cuidado dela e de seu filho quando nasceu. Isabela também destaca motivações pessoais para evitar receber qualquer tipo de apoio do pai de sua filha. Aponta que a princípio, teve o mínimo apoio do pai de sua filha, com exceção do obrigatório “apoio” financeiro, e reafirma que não quis ter nenhum vínculo com ele após o nascimento da filha. Segundo a Lei n. 5.478, de 25 de julho de 1968, a pensão alimentícia é uma obrigação a ser cumprida, nesse sentido a assistência dada pelo pai da filha de Isabela não pode ser considerada um apoio, mas sim uma exigência legal (BRASIL, 1968). De fato, o que deveria ser exigido, neste caso, é a participação efetiva do sujeito no exercício da paternidade, que de modo algum deve ser restringido a questões de ordem financeira.

Por conseguinte, Isabela afirma que também teve apoio da sua turma, na ocasião em que fizeram um “chá de fraldas” para ela. Teve apoio também dos professores, e contou com a solicitação da licença maternidade, esta última, um direito garantido pela universidade. A Lei n. 6.202, de 17 de abril de 1975, garante que estudantes mães sejam assistidas por até três meses em regime de exercícios domiciliares (BRASIL, 1975). Portanto a universidade tem o dever de garantir esse direito. Porém Isabela não queria passar toda a licença maternidade em casa, também gostaria de assistir as aulas para não se sentir atrasada em relação ao conteúdo ministrado. Então, um mês após o nascimento de sua filha ela voltou para a universidade, graças ao apoio de sua mãe, que cuidava de seu bebê enquanto ela ia para as aulas. Essas eram as estratégias usadas para conseguir dar conta do trabalho e dos estudos, que envolve a participação familiar para dividir as responsabilidades da maternidade. Existem diversos estudos realizados no Brasil que apontam um aumento no número de avós guardiões nos últimos anos (COELHO; DIAS, 2017). Mesmo não sendo exatamente o caso de Isabela, essa literatura pode contribuir para a compreensão de que as

diversas mudanças nas configurações familiares resultam em novas atribuições de papéis para os avós, que precisam ser estudados de maneira aprofundada, considerando uma possível sobrecarga para estes, implicações na ressignificação dos papéis familiares e mesmo questões financeiras.

Em relação ao apoio de professores, uma rápida pesquisa em sites de notícias permite observar a violência sofrida por mães que necessitam levar seus filhos para sala de aula. Segundo matéria publicada pelo G1 – RN em março de 2018, uma mãe que levou sua filha de cinco anos para aula foi expulsa da sala pelo professor com a justificativa de que a criança poderia atrapalhar a aula (ZAULI, JÁCOME; BARBOSA, 2018). Esta é apenas uma de muitas ocorrências em universidades no Brasil, mas não parece ser o caso de Isabela, pois ela aponta que leva a filha para a universidade apenas em ocasiões extremas e que quando há necessidade de leva-la os professores e colegas de sala dão suporte, mesmo porque há outras mães universitárias na sua turma. Isabela admite que essa condição pode atrapalhar um pouco as disciplinas, mas é possível contornar a situação e não dificultar o espaço pedagógico criado no ambiente de sala de aula.

“Difícilmente eu trago ela, só em ocasiões muito complicadas, quando minha mãe tem que trabalhar a noite ou alguma coisa assim, aí eu trago minha filha mas, assim, tranquilo. As professoras entendem numa boa, porque também tem outras mães que são universitárias e que as vezes tem que trazer o filho. Mas assim, atrapalha um pouco. Mas a gente consegue contornar” (Isabela).

“Assim, minha mãe apoiou depois de brigar muito, porque ela viu que não tinha mais o que fazer. Mas assim, a família também, apoiou depois de ter brigado horrores, porque eu era muito nova e é difícil. Querendo ou não as pessoas têm o pré-conceito de dizer, que a partir do momento que você tem um filho sua vida acaba. Então, a minha mãe dizia que minha vida tinha acabado, eu não ia estudar mais, eu não ia poder me formar, eu não ia fazer mais nada, porque minha vida agora seria a minha filha e graças a Deus eu não sigo essa mentalidade. A minha mãe me ajuda, ela não anda bem de saúde. Então, se minha mãe precisa ir pro hospital ou fazer alguma coisa assim, eu tenho que, ou trazer minha filha ou faltar aula, se minha filha fica doente eu fico em casa” (Letícia).

Outra questão importante para esta categoria foi a falta de apoio por parte da família e o preconceito sofrido por Letícia por ser mãe na

adolescência. Diferentemente de Isabela, Letícia destaca que inicialmente não teve apoio da sua mãe, pelo contrário, tiveram muitos atritos no início de sua gravidez e só demonstrou apoio quando se viu sem alternativa. E o mesmo aconteceu com o restante de sua família. Letícia aponta que passou por situações de preconceito, no qual seus familiares e sua mãe afirmavam que sua vida tinha acabado por conta da gravidez e que não iria conseguir estudar ou se formar. Segundo Dias e Teixeira (2010) a família, professores e jovens podem perceber a gravidez na adolescência de forma vexatória e julgam que este processo, nesse momento da vida, dificulta a continuidade nos estudos por conta dos cuidados com os filhos e a entrada no mercado de trabalho, bem como diminui as possibilidades de experiências que a juventude proporciona. Contudo, a experiência da maternidade não é necessariamente um limitador das oportunidades de estudo e busca de ascensão profissional.

Também afirmou que atualmente conta com a ajuda de sua mãe, mas, devido a sua saúde comprometida, muitas vezes não pode contar com ela. Nessas ocasiões Letícia tem duas alternativas: ou leva a filha para a universidade ou fica em casa. Letícia destaca que hoje em dia conta com maior apoio da família, quando o mesmo se faz necessário. E conta com total apoio de sua mãe no cotidiano, apesar de sua doença. Também reitera que passou por situações de preconceito em sua família e outros espaços, em decorrência da sua gravidez precoce.

“Das minhas duas primeiras gravidezes tive apoio familiar da minha mãe principalmente, que foi primordial pra que eu pudesse seguir em frente, mas do pai das crianças não. Já do segundo casamento tive tanto apoio do meu esposo quanto da minha própria família também, foram sempre bem receptivos” (Mariana).

“Quando eu entrei na universidade a minha bebê mais nova estava entre cinco para seis meses, então ela só mamava, então a dificuldade que eu encontrei fora isso, foi as questões familiares por parte do meu esposo, sempre questionando dizendo que a mãe tinha que tá com as crianças, que a mãe tinha que estar no lar, a mãe tinha que estar cuidando dos filhos que a mãe era pra isso. E eu nunca aceitei, eu sempre me via fora daquele contexto, mesmo eu estando inserida diretamente por ser mãe de cinco crianças, mas eu nunca me via presa naquela situação de ser mãe, cuidar de cinco crianças, marido, casa, eu nunca me vi nessa situação

permanentemente, eu sempre lutei contra essas ideias que eu encontrava no meu caminho o tempo todo” (Mariana).

“Não passei dificuldade, porque sempre deixei bem claro para os meus professores que tinha os filhos, da dificuldade que eu tinha às vezes de não poder vir para a aula por estarem doentes, por eu ter que dar uma assistência diretamente a eles. Eles sempre entendiam essas questões, e os colegas também foram sempre receptivos com os meus filhos” (Mariana).

Outro assunto que emergiu na entrevista além do apoio da mãe de Mariana foi a falta de apoio por parte dos familiares de seu esposo. Nas suas falas Mariana mostra que teve apoio da família nas duas primeiras gravidezes e que as crianças foram bem-vindas apesar de não serem planejadas, contudo, não teve apoio dos pais das duas crianças. Mariana também aponta que sentiu dificuldade ao entrar na universidade porque sua filha mais nova tinha apenas entre cinco e seis meses de idade e ela ainda amamentava, outra dificuldade foi a cobrança da família do seu companheiro por uma dedicação exclusiva aos filhos e ao lar em detrimento dos estudos, porém Mariana afirma que resiste a essa imposição. Destaca que não passou dificuldades com relação aos professores porque explicitou desde sua entrada na universidade que tinha cinco filhos e qualquer ausência seria por conta dos cuidados com os mesmos. Seus colegas de sala de aula também foram receptivos com seus filhos.

Considerando os relatos das três entrevistadas, percebemos que o apoio de outros familiares acaba sendo fundamental para as tentativas de conciliar a tripla jornada de trabalho. Entretanto, cabe um apontamento decisivo em relação a essas três mães: o apoio sempre provém de uma outra figura feminina na família, a avó das crianças. Este é outro indicativo que nos permite trazer novamente as reflexões de Hirata e Kergoat (2007) sobre o machismo e a divisão sexual do trabalho. A tarefa de cuidar de crianças continua sendo atribuída às mulheres, e dessa forma, percebe-se a sobrecarga do trabalho “invisível” por um lado, e a falta de participação da figura masculina neste processo, salvo pelos aspectos financeiros obrigatórios previstos em lei.

Políticas de permanência na universidade e políticas sociais

Essa categoria diz respeito ao conhecimento das entrevistadas sobre as políticas públicas, e de modo particular, as políticas de permanência da universidade. Também investiga se elas fazem uso de alguma dessas políticas. Um ponto que surgiu na entrevista é a participação no Programa Institucional de bolsas de Iniciação à docência (PIBID).

“Ano passado em 2016, era bem complicado, porque eu fazia o estágio do pibid, e ai tinha que encontrar alguém pra ficar com ela de manhã, porque assim apesar de ser uma bolsa pequena ajudava, ai ela ficava com minha vó pela manhã, e eu participava do pibid [...] E aí renunciei do pibid, e eu cuido pela manhã dela, normal, e a tarde minha irmã fica e a noite deixo com minha mãe” (Isabela).

Nessa fala Isabela afirma que participava do PIBID, e mesmo que a bolsa fosse pequena era importante para sua renda. Porém, ela desistiu da bolsa porque queria dedicar mais tempo aos cuidados de sua filha. O Andes-SN, ao pensar sobre o PIBID, aponta a sua importância na formação de professores, enfatizando a necessidade de implementação de bolsas e financiamento adequado, com a ressalva de que este programa não pode agir como substituto da contratação de professores efetivos. A postura do sindicato nacional é contrária a todos os cortes e tentativas de acabar com o programa que presenciamos nos últimos anos, que prejudica o processo de formação dos futuros docentes. No entanto, o que salta aos olhos neste caso é a necessidade de Isabela em optar, ou pela continuidade no Programa, ou por dedicar tempo para os cuidados com a filha. É uma escolha que a leva a ter que retomar a busca por outras formas de complementação de renda que substituam a bolsa.

“Eu sempre trabalhei depois que ela nasceu, de forma formal e informal. E assim que eu vi a oportunidade, porque eu não tinha o dinheiro pra pagar o enem, então assim que eu descobri que com o bolsa família eu não precisava pagar o enem, que foi em 2015, eu me inscrevi fiz e passei [...] A universidade me ajuda muito, ela concede vale alimentação, eu tenho o almoço e a janta se eu quiser jantar aqui, a universidade concede vale transporte e reprografia e a universidade concede a bolsa [...] querendo ou não eu tenho uma

mãe e uma filha pra sustentar, e eu já pensei em trancar o curso e ir trabalhar fora... mas eu acho que é assim, eu ganho 535 na bolsa, 124 no bolsa família... eu vou sair pra ganhar 800 e pouco que é um salário mínimo... por isso que eu tô tentando conciliar com faxina e venda” (Letícia).

Outro assunto que surgiu foi o uso de políticas sociais e de permanência da universidade. As falas de Letícia apontam o uso de algumas políticas públicas como o bolsa família e de políticas de permanência, dentre eles, o vale alimentação, auxílio transporte, auxílio reprografia e bolsa de trabalho. A utilização de tais políticas é essencial para sua sobrevivência e de sua filha, bem como sua permanência na universidade. Também foi decisivo para sua participação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), quando conseguiu o certificado do ensino médio e entrou na universidade. Letícia aponta que por vezes pensou em trancar a faculdade e ir à procura de um emprego formal, mas ganharia o equivalente e passaria até mais tempo fora de sua casa.

“Não consegui nada nem pela questão indígena, que eu também tentei. E assim, as dificuldades eram essas de me manter” (Mariana).

Outro ponto que surgiu na entrevista foi impossibilidade de gozar das políticas de permanência, por “não se encaixar” em um dos critérios de seleção. Nessas falas, Mariana afirma que tentou algum auxílio pelas políticas específicas direcionadas para os indígenas e não foi contemplada. Isso também dificultou sua possibilidade de permanência na universidade, exigindo outras estratégias. Existe uma certa rigidez e burocracia nas universidades para cadastro e seleção de bolsistas, que impede muitos alunos de participarem desses programas. Podemos trazer um exemplo da Universidade Federal de Roraima (UFRR) em relação ao auxílio-permanência para os alunos indígenas, para fins de comparação. Recentemente, além de todas as dificuldades presentes no processo de seleção, foi exigido aos alunos que solicitassem uma avaliação mensal e recolhessem a assinatura de cada professor do curso, o que não apenas aumenta o trabalho do professor, como diferencia o tratamento entre alunos

indígenas e não-indígenas, causando possíveis constrangimentos e contribuindo para o preconceito e exclusão em relação aos primeiros.

Percebemos que, ainda que existam alguns entraves no processo de seleção e da utilização dos recursos disponibilizados pelas universidades públicas, estes são de extrema importância para a permanência de estudantes no ensino superior. Estes recursos precisam não apenas ser mantidos, mas expandidos, para garantirmos uma proposta de universidade para todos. No caso específico das mães universitárias, uma proposta de permanência específica precisa ser implementada e mantida: a creche universitária, que será discutida a seguir.

Benefícios de uma creche universitária

A última categoria diz respeito aos benefícios de uma creche nas dependências das universidades. Uma questão que surgiu na entrevista foi a problemática de cuidar dos filhos sem o apoio da figura paterna e como essas creches universitárias contribuiriam para o melhor desempenho acadêmico dessas mães.

“A mãe solteira já tem uma dificuldade para se locomover, ou deixar a criança com alguém ou ter que pagar para alguém ficar, eu acho que tendo essa creche dentro da universidade... para que pudéssemos... não, aqui meu filho está seguro! Aqui eu vou poder ter um apoio maior pela universidade para que eu posso estudar tranquilamente. Seria uma boa ideia” (Isabela).

Comumente ouvimos a expressão “mãe solteira”, que designa a mulher que cuida dos filhos sem a participação efetiva do pai ou de um companheiro. Entretanto, consideramos que essa expressão acaba por apontar para a necessidade de constituição de um modelo ideal de família ou relacionamento, afim de melhor criar os filhos. Além disso, parece implicar certa dependência da mulher em relação ao homem. Uma outra forma geralmente encontrada para essa designação e que evita os preconceitos relacionados ao estado civil é a expressão “mãe solo”. Nessa fala Isabela

aponta que ser mãe solo é um agravante quando se tem filho no período universitário e uma creche dentro da universidade viabilizaria o estudo de forma tranquila e possibilitaria uma segurança no trato do seu filho.

“Tem uma filha dela (amiga) que é menor que a minha, ela teve que parar e agora que a menina já está um pouco maior ela retornou de novo. Então imagina você ter um lugar pra deixar, que você saiba que está perto, não longe, você sabe que não vai precisar se desdobrar [...] Você não precisa se deslocar, vem direto pra universidade, se você não tem aula pode ir lá com seu filho [...] A base, poxa! A gente tem tanto pedagogo querendo estágio aqui, porque não fazer? Pega os estagiários daqui mesmo [...] Então, é viável fazer e ajudaria muito. Não só eu como mãe, mas as que estão por vir, está cheio de universitária grávida, Eu tenho amigas que já faz uns dois anos que o marido vem, a mãe assiste a aula e a criança fica no corredor com o pai. Olha a facilidade deixa a criança lá (creche universitária) depois pega e vai embora. Ia facilitar muito” (Letícia).

Outra questão que surgiu na entrevista é como a creche universitária contribuiria para a permanência das mães universitárias. Nas falas acima Letícia afirma que é interessante a ideia de uma creche universitária, pois há várias colegas de turma que também são mães universitárias e em alguns casos tiveram que trancar a faculdade depois do nascimento dos filhos. Para Letícia ter um lugar onde possa deixar o filho próximo é de suma importância. Portanto, podemos sugerir que há uma demanda muito grande de mães universitárias que justifica a criação de uma creche.

Letícia expõe a dificuldade de se deslocar para deixar a criança em uma creche fora da universidade e se direcionar para aula. Ressalta que uma creche universitária facilitaria a locomoção dessas mães e possibilitaria um tempo maior com seus filhos, tendo em vista que nos intervalos de aulas elas poderiam visitá-los. Também afirma que uma creche universitária serviria tanto para os filhos dessas mães universitárias quanto como uma Escola para os acadêmicos fazerem estágios nas suas áreas de atuação. Letícia reitera que uma creche universitária ajudaria muitas mães e afirma que há uma demanda muito grande de universitárias grávidas que futuramente se beneficiariam dessa política.

Por fim, a fala de Letícia aponta para benefícios que dizem respeito à própria instituição. A criação de um espaço para estágio dos próprios alunos

da instituição. Raupp (2004) aponta que o desenvolvimento das creches universitárias remete à Constituição Federal de 1988, e, via de regra, tem por principal objetivo o ensino. Porém, para além do ensino, a autora ressalta a possibilidade de estender essa política para a pesquisa e extensão universitária. Se inicialmente a creche universitária ficava voltada para os direitos trabalhistas, agora ela precisa ser pensada como possibilidade de atendimento aos alunos e à comunidade, no âmbito da permanência estudantil, e a criação de oportunidades de estágio para alunos, no âmbito da melhoria e expansão dos cursos, o que beneficia a própria universidade.

“Bom, falando no meu caso, eu acho que teria evitado eu passar pelo conselho tutelar. Foi um momento bem crítico mesmo, que eu me vi tendo que deixar de vir (para a universidade), como eu disse as vezes não tinha alguém para ficar, meu esposo só chegava a noite. Então eu me via obrigado a ficar, mas é como eu disse eu sempre tive apoio e consideração dos professores né? Eles entendiam” (Mariana).

“Sim, primeiro que eles estariam bem próximos, acho que facilitaria muito, porque as vezes têm mães que tem só um ou dois filhos e mesmo assim encontram dificuldades, as vezes até piores que as minhas... em geral lógico que seria um ponto positivo, seja pra qual fosse a mãe, ou até mesmo funcionária, ou até mesmo acadêmica, ou dessas funcionárias da empresas privadas. Eu acho que seria muito bom” (Mariana).

Mariana afirma que uma creche universitária evitaria questões relativas ao Conselho Tutelar que se trata de um órgão fiscalizador e de garantia dos direitos das crianças e adolescentes (BRASIL, 1990), bem como sofrer ameaça de perder a guarda dos filhos. Também não precisaria faltar aulas quando não tivesse ninguém para cuidar deles. Isso significa que, sem o apoio de amigos e familiares, é impossível conciliar trabalho, estudo e criação dos filhos. Qualquer tentativa de manter as três esferas resultaria na precarização máxima de tais atividades, que significaria, ou a reprovação nos estudos, ou o desemprego, ou o acionamento de dispositivos legais para garantir os direitos das crianças.

Mariana aponta que uma creche universitária facilitaria seu cotidiano, pois seus filhos estariam próximos. Afirma também que na

universidade há muitas mães, tanto acadêmicas quanto funcionárias, que passam por dificuldades e se beneficiariam com a creche.

Percebe-se que ainda há um trabalho árduo pela frente e muito o que fazer no que concerne as políticas de acesso para mães universitárias. É necessário intensificar o investimento em concessão de bolsas e realizar debates de cunho crítico e reflexivo sobre o tema, pois tais iniciativas têm sido insuficientes na localidade. Outra importante proposta para auxiliar as mulheres da instituição na jornada de estudos e conciliação do cuidado dos filhos seria a criação de uma creche universitária. Embora em outras instituições as creches possuam vagas limitadas para estudantes (RAUPP, 2004), a inserção deste segmento nas universidades poderia abranger os filhos de todas as estudantes e funcionárias do local.

Tal iniciativa daria uma oportunidade de crescimento pessoal para inúmeras mulheres, permitiria o aumento de empregos oferecidos pela instituição, e além de servir de polo para estudos de observações comportamentais, possibilitar a atuação sistemática de estagiários dos cursos de Pedagogia e Psicologia, seria um grande centro de promoção de cuidado e saber para as crianças. Conforme reitera Pacheco e Dupret (2004, p. 104) “torna-se interessante pensar a creche como um lugar propício para o desenvolvimento da criança e uma opção para os cuidados dos filhos de mães trabalhadoras”.

Considerações finais

Baseado no que foi discutido acima, foram elaboradas algumas considerações para dar conta do objetivo que se trata de compreender as práticas de resistência vivenciadas por estudantes que experienciam a maternidade durante o processo de formação no ensino superior, bem como as condições de permanência oferecidas a estas na universidade em que estudam. Podemos perceber que todas as categorias discutidas apontam para dificuldades que as mães universitárias apresentam para se manter na universidade. Com relação ao trabalho as três entrevistadas possuem empregos de maneira formal e informal, pois precisam de dinheiro para sustentar seus filhos e suprir necessidades básicas. Porém, o trabalho e as obrigações acadêmicas tomam todo seu tempo livre, o que compromete o tempo com os filhos.

No tocante ao deslocamento, a maternidade intensifica a necessidade de se locomover dentro da cidade de Boa Vista. Essas mães precisam fazer várias vezes o trajeto casa, universidade e trabalho, esse trajeto é intensificado devido a maternidade, pois os filhos necessitam de cuidados em vários momentos do dia. Esse fato acaba exigindo maior gasto com transporte, e conseqüentemente uma necessidade de trabalho. A cidade de Boa Vista possui um serviço de transporte público precário, o que leva essas mães, além de fazerem mais trajetos, gastarem mais tempo com a locomoção. Com isso, as mães acabam recorrendo ao apoio da família para conseguir dar conta de todas suas obrigações. A creche universitária seria uma alternativa eficaz para minimização dessas dificuldades, pois as mães universitárias poderiam se direcionar a universidade, deixar seus filhos na creche, assistir as aulas e depois retornar para suas casas.

No que concerne ao apoio que essas mães recebem da família, este geralmente se intensifica apenas depois do nascimento do bebê, pois no primeiro momento é comum certo preconceito com relação a gravidez não

planejada ou por não serem casadas. Tal concepção é advinda da lógica do modelo de família nuclear burguesa que é imposto como moralmente aceitável. Desta forma, o apoio se dá, geralmente, após o nascimento da criança. As mães entrevistadas tiveram todo apoio dos colegas de turma e professores tanto durante a gravidez quanto na maternidade, esse apoio é de fundamental importância para essas mães para que elas possam dar conta minimamente das suas responsabilidades.

Logo, é imprescindível que as políticas públicas de permanência sejam ampliadas e que haja políticas direcionadas as mães universitárias. Porém, com os cortes de gastos absurdos do governo atual, as bolsas e auxílios estão sendo diminuídas e até extintas. Com a garantia das bolsas e auxílios para essas mães, o mundo do trabalho poderia esperar um pouco mais e conseqüentemente diminuiria o número de evasão das mesmas.

Portanto, a criação de uma creche na universidade é de fundamental importância, e deve ser defendida e divulgada como uma política necessária, lembrando que mesmo nos espaços de luta, muitas vezes mulheres e mães são desconsideradas ou esquecidas. A luta que pode garantir esta conquista deve vir não apenas da comunidade acadêmica, mas de toda a população, e deve ser incorporada à defesa de um ensino superior público, gratuito, democrático e de qualidade.

Referências

- ANDES-SN. Proposta do Andes-SN para a Universidade Brasileira. *Cadernos Andes*, n.2, 4 ed. Brasília, DF: 2013.
- ARAÚJO, C. Políticas públicas de permanência na educação superior brasileira nos anos 2000. *Anped*, Mato Grosso do Sul, p. 1 – 17, 2015. Disponível em: <http://www.anped11.uerj.br/texto_Carla.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Relatório educação para todos no Brasil 2000-2015. Brasília: MEC, 2014. *online*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15774-ept-relatorio-06062014&Itemid=30192> Acesso em: 05 de maio de 2016.
- _____. BRASÍLIA. Lei n. 6.202, de 17 de abril de 1975. Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências. Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, *online*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1970-1979/L6202.htm>. Acesso em: 02 jul. 2017.
- _____. BRASÍLIA. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, *online*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 15 jul. 2017.
- _____. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, *online*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 20 jul. 2017.
- _____. Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 jul. 2010, p. 5. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 22 jul. 2017.
- _____. BRASÍLIA. Lei n. 5.478, de 25 de julho de 1968. Dispõe sobre ação de alimentos e dá outras providências. Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, *online*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5478.htm>. Acesso em: 04 abr. 2018.
- CARONE, I. A dialética marxista: uma leitura epistemológica. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (org.). *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- CHAVES, V.; SILVA JÚNIOR, J.; CATANI, A. *A universidade brasileira e o PNE: instrumentalização e mercantilização educacionais*. São Paulo: Xamã, 2013.
- COELHO, M. T. B. F.; DIAS, C. M. S. B. Avós Guardiões: Uma Revisão Sistemática de Literatura do Período de 2004 a 2014. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 32, n. 4, p. 01-07, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722016000400214&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 abr. 2018.
- DIAS, A. C.; TEIXEIRA, M. A. P. Gravidez na adolescência: um olhar sobre um fenômeno complexo. *Paidéia* (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto, v. 20, n. 45, p. 123-131, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2010000100015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 abr. 2018.
- HEILBORN, M. L. *et al.* Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre, v. 8, n. 17, p. 13-45, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832002000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 Ago. 2018.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

- LANE, S. T. M. Consciência/Alienação: a ideologia no nível individual. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 2001. 220p.
- LIMA, V. Jair Bolsonaro diz que mulher deve ganhar salário menor porque engravida. *Revista Crescer*, São Paulo, 23 fev. 2015, p. 1. Disponível em: <<http://revistacrescer.globo.com/Familia/Maes-e-Trabalho/noticia/2015/02/jair-bolsonaro-diz-que-mulher-deve-ganhar-salario-menor-porque-engravida.html>>. Acesso em: 05 ago. 2017.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MAYA, P. V. R. Trabalho e tempo livre: uma abordagem crítica. In: JACQUES, M.G.C., et al. (org.). *Relações sociais e ética*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 31-47. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/6j3gx/pdf/jacques-9788599662892-07.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2017.
- PACHECO, A. L. P. B.; DUPRET, L. Creche: desenvolvimento ou sobrevivência?. *Psicologia USP*, v. 15, n. 3, p. 103-116, 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642004000200006>> Acesso em: 27 de abril 2016.
- RAUPP, M. D. Creches nas universidades federais: questões, dilemas e perspectivas. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 86, p. 197-217, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n86/v25n86a10.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2017.
- RAPOPORT, A.; PICCININI, C. A. O Ingresso e Adaptação de Bebês e Crianças Pequenas à Creche: Alguns Aspectos Críticos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v., n. 1, p. 81-95, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v14n1/5209.pdf>>. Acesso em: 15 out 2017.
- REIS, J. R. T. Família, emoção e ideologia. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 2001. 220 p.
- URPIA, A. M. O.; SAMPAIO, S. M, R. Tornar-se mãe no contexto acadêmico: dilemas da conciliação maternidade - vida universitária. *Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras*, v. 3, n. 2, p. 30-43, 2009. Disponível em: <http://www2.ufrb.edu.br/edicoes/n04/pdf/ana_maria_de_oliveira_urpia_-_sonia_maria_rocha_sampaio.pdf>. Acesso em: 27 de abril de 2016.
- VARGAS, H. M.; PAULA, M. de F. C. A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado. *Avaliação* (Campinas), Sorocaba, v. 18, n. 2, p. 459-485, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772013000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 abr. 2018.
- ZAULI, F.; JÁCOME, I.; BARBOSA, R. Professor proíbe aluna de assistir aula acompanhada da filha de 5 anos na UFRN, G1 Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 7 mar. 2018. Caderno de notícias, p. 1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/professor-proibe-aluna-de-assistir-aula-acompanhada-da-filha-de-5-anos-na-ufrn.ghtml>>. Acesso em: 7 abr. 2018.

Recebido 22/04/2018. Aceito para publicação 22/04/2018